Notas e Comentários

Persp. Teol. 31 (1999) 201-222

PUEBLA: VINTE ANOS DEPOIS

José Comblin

Começemos constatando um fato: depois de 20 anos Puebla vive.

Nas assembléias, nos encontros, nos debates, nos planejamentos é difícil que não se faça referência a Puebla, e, na maioria das vezes, alusão a um texto particular. Puebla vive de tal modo na consciência católica que sua lembrança aflora espontaneamente. Os agentes de pastoral se deixam guiar por Puebla, ainda que inconscientemente.

Muitas vezes Puebla vem associada a Medellín, como se Puebla e Medellín formassem um só fato, uma só referência. Em contraste com esse fato, devemos reconhecer que poucas vezes é citado Santo Domingo. Diz-se, às vezes que Santo Domingo confirma Medellín e Puebla. Porém, Santo Domingo não está vivo na consciência como Puebla.

O que este fato significa?

Puebla como fato eclesial

Medellín e Puebla foram, em primeiro lugar, a tomada de consciência e a afirmação da personalidade própria da Igreja latino-americana. Foram como que os atos de emancipação, de chegada à idade adulta da Igreja latino-americana.

Antes de Puebla, a Igreja latino-americana via-se a si mesma como o prolongamento da Igreja européia, a franja periférica que se contentava em seguir os movimentos imprimidos nas Igrejas mais antigas, da Itália, da França, da Espanha, eventualmente, da Alemanha.

No Vaticano II os bispos latino-americanos mais lúcidos sentiram com sofrimento esta situação, e saíram do Concílio convictos da necessidade de despertar a consciência própria da Igreja latino-americana. Foi o que sentiu profundamente Dom Manuel Larrain, quando, logo após a conclusão do Concílio apresentou a Paulo VI a proposta de uma reunião da Igreja latino-americana na América Latina, sob a direção do CELAM. Imediatamente Paulo VI aprovou.

Ora, com Medellín e Puebla surgia na Igreja universal um fato novo: ao lado da voz da Igreja de Roma levantava-se uma outra voz, não oposta, mas distinta. Isto era um fato novo. Jamais, desde 1054, data da separação definitiva entre Oriente e Ocidente, havia aparecido outro pólo. Para o Ocidente Roma foi, durante quase um milênio, o único pólo, a única voz. Esta centralização tinha sido reforçada pelo Concílio de Trento. Uma nova voz poderia ter surgido com a Reforma na Alemanha. Mas os luteranos foram expulsos da Igreja e Roma continuou sendo a única voz, reforçando mais a centralização em torno da Cúria romana.

Quando Pio XII aprovou a criação do CELAM, não percebia, com certeza, as conseqüências desta determinação a longo prazo. Não sabia que ia dar espaço a outra voz na Igreja, outra personalidade capaz de elaborar um discurso não oposto, mas diferente.

Desde então, a Cúria romana fez e continua fazendo todo o possível, e o impossível, para reduzir e aniquilar a força de expressão que o CELAM devia conferir à Igreja latino-americana. A Cúria romana procurou controlar Medellín e Puebla, e, em Santo Domingo, quase conseguiu, colocando seus homens à frente do CELAM. Mas não conseguiu fazer desaparecer um fato irreversível: hoje, sobretudo depois de Puebla, existe uma consciência latino-americana própria. A voz de uma consciência, uma vez acordada, ninguém cala.

A Cúria romana teme perder parte do seu poder, sua exclusividade. Não foi sem razão que as personalidades mais representativas, mais originais e mais fortes da Igreja latino-americana foram, e ainda são, tão perseguidas por Roma: Dom Helder Câmara em primeiro lugar — *a tout seigneur, tout honneur* — e o seu “sobrinho” o cardeal Dom Paulo Evaristo Arns, Dom Cândido Padin, Dom Pedro Casaldáliga, Dom Luciano Mendes de Almeida, Dom Leônidas Proaño, no Equador, Dom Oscar Romero, em El Salvador, Dom Samuel Ruiz, no México, para citar alguns dos nomes, sem dúvida, mais importan-

tes e significativos. Há outros, mas não é necessário dar aqui sua lista exaustiva.

Há um texto em que Paulo VI apoiava esse movimento de emancipação. Vale a pena citá-lo, porque, poucas vezes, hoje em dia, se faz referência a ele. Está no início da carta *Octogesima Adveniens* (1981).

“Diante de situações tão diversificadas é-nos difícil pronunciar uma palavra única ou propor uma única solução com valor universal. Isso, no entanto, não é nossa ambição e nem mesmo a nossa missão. Cabe às comunidades cristãs analisar com objetividade a situação própria de seus países e procurar iluminá-la à luz das palavras inalteráveis do Evangelho; a elas cabe haurir princípios de reflexão, normas para julgar, e diretrizes para a ação na doutrina social da Igreja, tal como tem sido elaborada, no decurso da história, e, especialmente, nesta era industrial, a partir da data histórica da mensagem de Leão XIII sobre ‘a condição dos operários’, cujo aniversário hoje temos a honra e a alegria de celebrar” (n° 4).

A voz de Medellín e Puebla tem como efeito colocar a palavra do Evangelho na concretude da história. Toca os pontos concretos, julga situações conflitivas, orienta os cristãos na realidade de cada dia. Por isso, a voz de Medellín e Puebla é, em si mesma, conflitiva. As encíclicas pontifícias, porém, dificilmente provocam conflitos; enunciam verdades tão universais que ninguém se sente atingido. O Papa fala para todos e para ninguém, pois suas palavras são interpretadas por todos os partidos como a confirmação da sua posição.

Não foi isto o que sucedeu com Medellín e Puebla. Estes nomes chegaram a ser até suspeitos, como se fossem de subversivos perigosos, procurados pela polícia política. Medellín e Puebla falavam de realidades concretas, de situações determinadas e bem conhecidas. Eram fatos conflitivos, que, enquanto tais, renovavam a força das palavras de Jesus. Deve-se desconfiar quando a palavra da Igreja não provoca conflitos. Os conflitos provocados pelas palavras de Jesus foram tão radicais que os seus adversários não o suportaram por mais de três anos.

Sem dúvida, Medellín e Puebla suscitaram criatividade. Dando apoio a iniciativas pastorais e missionárias específicas, as assembleias latino-americanas despertaram energias escondidas e desconhecidas: estimularam uma vida própria. Muitos agentes de pastoral e missionários leigos, eles ou elas, descobriram que eram também capazes de encontrar soluções e não simplesmente reproduzir modelos importados da Europa. Descobriram que, por Igreja universal, estava subentendida, de fato, a Igreja européia em expansão no mundo inteiro, e não a realização da universalidade pensada por Jesus.

O fato Medellín e Puebla foi tão significativo que repercutiu no mundo inteiro¹. Na Europa levou bispos, teólogos e cristãos formados a descobrir que a sua própria Igreja era particular e não representava sozinha a universalidade. A descoberta de sua própria particularidade histórico-cultural decorreu da afirmação, por parte dos latino-americanos, de sua personalidade eclesial peculiar.

Medellín e Puebla provocaram na África e na Ásia a consciência de que também suas Igrejas tinham uma história particular e podiam determinar suas próprias personalidades. A partir daí teve início o diálogo entre as Igrejas do Terceiro Mundo, materialmente difícil, mas espiritualmente fecundo.

Juntamos sempre Medellín e Puebla porque, na consciência dos cristãos, constituem um único acontecimento.

Puebla é a confirmação e a ampliação de Medellín.

Na consciência histórica, as duas Conferências formam um fato único, isto é, o nascimento da Igreja latino-americana como entidade específica.

Puebla como fato latino-americano

Puebla entrou em cheio na história do continente, num momento em que a Guerra Fria estava no auge, como no auge estavam os regimes militares e as perseguições contra "a Igreja de Medellín". No auge também estava, na Igreja, o conflito entre as duas linhas pastorais. Tais linhas eram, em parte, reflexo da situação política, mas simultaneamente resultavam das repercussões do Concílio Vaticano II e de Medellín.

Durante toda a assembléia de Puebla, o conflito foi vivido intensamente. A situação de tensão e incerteza persistiu até a sua conclusão. Não se tratava de buscar uma conciliação. As posições eram tão diferentes, tão opostas, que nenhuma conciliação era possível. Cada linha queria prevalecer na discussão das questões mais fundamentais.

Na assembléia de Puebla, estava, de um lado, a linha conservadora, numericamente em maioria absoluta. Mas, em Medellín, os conservadores eram numericamente inexpressivos, porque, naquele tempo,

¹ Cf. documentos das Igrejas de todos os continentes a propósito de Puebla, em E. DUSSEL, *De Medellín a Puebla. Una década de sangre y esperanza*, México: CEE, 1979, pp. 484-490.

toda a ala conservadora da Igreja achava que o CELAM não tinha importância, que a Conferência de Medellín seria irrelevante e em nada afetaria a vida de suas dioceses. Porém, depois de Medellín, os conservadores passaram por um momento de pânico: descobriram sinais de perigo. Assim articularam sua reação.

A ofensiva conservadora articulou-se ao redor de temas bem determinados: queriam a condenação da Teologia da Libertação, das Comunidades Eclesiais de Base, da CLAR e da interferência dos padres e religiosos na "política". Os conservadores percebiam muito bem que tudo aquilo constituía uma revisão total da linha tradicional das Igrejas latino-americanas: aliança com as classes dominantes, acordos com os governos, inclusive profundo entendimento com o exército. Eram fiéis à tradição que fazia da Igreja e das Forças Armadas os dois pilares da nação. Achavam que a estabilidade social resultava da firmeza do acordo entre a Igreja e as Forças Armadas.

A linha conservadora, em Puebla, era poderosa porque tinha não somente uma presença majoritária na assembléia, mas contava com o apoio da Cúria romana, do poder imperial dos Estados Unidos, dos governos militares, de compactos blocos em episcopados quase inteiros da Colômbia, Argentina, México e Venezuela. Além disso os conservadores estavam na organização prática da assembléia controlada pelo secretário geral do CELAM, Dom A. López Trujillo.

Face a esta linha conservadora, os outros faziam figura de Davi diante de Golias. Os "liberacionistas" queriam defender e confirmar Medellín. Queriam que a assembléia renovasse o compromisso de opção pelos pobres e se abstivesse de condenar tudo o que os conservadores queriam condenar.

Este partido estava claramente na defensiva, procurando evitar que um maremoto varresse todas as conquistas de Medellín. Os conservadores chegaram como vencedores. Eram triunfalistas. Iam limpar a América Latina de todas as infiltrações "marxistas". Sempre presente, mesmo que poucas vezes nomeado, o "marxismo" era o pano de fundo dos debates. Para os conservadores, estimulados por todo o aparelho de propaganda montado nos Estados Unidos e repetido pelos governos militares que dominavam todos os meios de comunicação, o fato fundamental na América Latina era a penetração marxista. A primeira urgência era proteger a Igreja de uma ofensiva marxista. Um bispo chileno sob o regime de Pinochet, dizia-me que se estava preparando espiritualmente para aceitar o martírio das mãos dos comunistas. E isto na hora em que os militares de Pinochet faziam desaparecer 3000 dos seus compatriotas!

Para o movimento da Igreja da libertação, a primeira urgência na América Latina era a opressão das massas pobres e a necessidade de

promoção humana de povos cuja situação de opressão estava agravada pelos regimes militares instalados por iniciativa dos Estados Unidos.

Por um lado, opção pelos pobres; do outro lado, opção pelo *status quo*, isto é, a aliança com as classes dominantes e com os militares. No partido da opção pelos pobres, estavam a maioria dos brasileiros, chilenos, peruanos e alguns representantes de outras nações.

Porém, a linha da opção pelos pobres tinha um elemento de força que finalmente prevaleceu: a presença dos bispos que tinham feito Medellín e que, pela palavra e pela vida, davam um testemunho vivo de seu significado. De Medellín, estavam em Puebla Leónidas Proaño, Cândido Padin, Helder Câmara, e os cardeais que se alinharam claramente ao lado dos pobres, como os de São Paulo, Santiago, Lima, Salvador e Quito. Lá estava Oscar Romero, que todos já viam como o futuro mártir. Estava também o presidente do CELAM, Dom Aloísio Lorscheider, cuja atuação foi fundamental.

A assembléia de Puebla foi uma dramatização dos acontecimentos que faziam a história da América Latina daquele tempo: por um lado a guerra contra o marxismo, e por outro, a libertação dos pobres oprimidos. O diálogo era impossível!

No centro do debate estava a ofensiva conservadora. Para ela o marxismo estava na teologia da libertação, nas Comunidades Eclesiais de Base, nos religiosos liderados pela CLAR. Tudo aquilo, segundo eles, constituía uma ameaça de cisma na Igreja. Denunciavam a criação de uma Igreja popular — as Comunidades Eclesiais de Base — dirigidas por um *magistério paralelo*. Nunca se chegou a descobrir claramente quem fazia parte deste *magistério paralelo*. Candidatos a este posto eram os teólogos da libertação ou a CLAR, os citados na maioria das vezes.

Do lado de fora, estavam a Comissão Trilateral, as Escolas de Formação norte-americana para oficiais latino-americanos, dominante por tradição; frente a eles, tantas vezes reunidos em suas comunidades, estavam os pobres, preparando a história de América Latina. Foi isto que deu a Puebla tanta repercussão.

O contexto imediato de Puebla

Como interpretar tal acontecimento fora do seu contexto?

Vimos o contexto amplo. Vejamos o contexto mais imediato, as circunstâncias em que se realizou o acontecimento Puebla.

A idéia de uma nova assembléia do episcopado latino-americano semelhante à Conferência de Medellín tinha surgido no ambiente do novo CELAM desde 1973. Em 1973, houve, em Sucre (Bolívia), a reunião ordinária do CELAM, que renovou a diretoria. Ali se produziu um verdadeiro golpe. Contrariamente aos estatutos, o Nuncio Apostólico, invocando a autoridade do Papa — sem que a vontade do Papa tivesse sido jamais confirmada — impôs uma nova diretoria. Contra a vontade da maioria, impôs Dom E. Pironio como presidente e A. López Trujillo como secretário geral. Este assumiu imediatamente o mando, contando com a fraqueza — e a boa educação — de Pironio. A. López Trujillo provocou uma ruptura radical na história do CELAM. Suprimiu todas as iniciativas e todas as instituições criadas anteriormente pelo CELAM e imprimiu uma orientação de combate aberto contra Medellín.

A Cúria romana, assustada por Medellín, tinha começado a articular uma reação. A primeira foi a projeção de A. López Trujillo, um jovem sacerdote colombiano, cuja ascensão foi fulgurante. Em poucos anos, passou de simples sacerdote a secretário geral e, praticamente ditador do CELAM. Tudo por imposição romana! A. López Trujillo foi o grande articulador da campanha contra Medellín e da preparação da Conferência que se realizou em Puebla.

No início, A. López Trujillo, que seria secretário geral durante 6 anos, graças a uma interpretação muito discutível dos estatutos, achava que uma nova Conferência geral seria sinal do “triumfalismo”. Temia uma repetição de Medellín. Mas percebeu que podia tirar vantagem de uma nova Conferência.

Lançou-se o tema das más interpretações de Medellín. Medellín tinha sido mal interpretado. Era preciso retificar. Retificar seria na prática destruir e propor outra doutrina. Esta idéia foi tomando forma.

Os conservadores assustaram-se diante da rápida expansão da mensagem de Medellín, pois pensavam que ficaria no papel como tantas Conferências e assembléias. Constataram o contrário. Em poucos anos, Medellín foi a bandeira de uma expansão triunfadora. Não havia resistência organizada: os temas de Medellín divulgavam-se com toda liberdade e conquistavam amplos setores da Igreja.

Em 1971, Gustavo Gutiérrez tinha publicado seu livro sobre Teologia da Libertação, livro que fora como a irrupção de um pensamento teológico propriamente latino-americano, e que dava justificativas teológicas às posições de Medellín. Depois deste livro, começou um intenso movimento de publicações.

Em 1975, houve, na cidade de México, um congresso de teologia latino-americana — o primeiro na América — cujo tema era a libertação². Uns 50 teólogos tomaram parte no congresso. Foi a primeira manifestação pública de uma corrente teológica que recebeu o nome de *Teologia da Libertação*.

Este pensamento já tinha sido divulgado sem nome que o identificasse nos Institutos fundados pelo CELAM. Assim, em 1968, fora fundado o Instituto de Pastoral Latino-Americana em Quito (IPLA). Seria o primeiro Instituto a ser dissolvido por López Trujillo depois do golpe de Sucre.

O movimento das Comunidades de Base, depois do apoio recebido em Medellín, teve uma expansão fulgurante. Entre outros, José Marins e sua equipe foram incansáveis missionários itinerantes das CEBs, em todos os países da América Latina. Na década dos 70, as CEBs eram a grande novidade. Diante da repressão dos regimes militares, foram o refúgio não somente dos católicos socialmente comprometidos, mas também de outros homens e mulheres perseguidos pelas ditaduras. Foram tão importantes que se tornaram o segundo pólo do movimento de Medellín e o segundo alvo da grande ofensiva anti-Medellín.

Outro efeito de Medellín foi, sob a orientação da CLAR, a mudança dos religiosos e das religiosas. Nasceram muitas pequenas comunidades inseridas no meio popular. Foram grupos de religiosos de todas as congregações, e sobretudo de religiosas que constituíram a grande maioria das comunidades inseridas. Estas comunidades inseridas criaram uma presença muito forte das mulheres na Igreja. Nos conventos, até então, a voz das religiosas se dissolvia na rotina institucional. Uma vez situadas no meio do povo começaram a desabrochar e a falar livremente. Tomaram a frente da resistência dos setores comprometidos da Igreja contra os regimes militares.

A CLAR constituía-se como o pólo oposto ao CELAM depois do golpe. Criou-se uma situação perigosa cuja vítima foi finalmente a CLAR. Naquele tempo, porém, a CLAR foi o farol que mostrou o caminho aos religiosos e transformou o relacionamento dos religiosos com a sociedade.

Outro fruto de Medellín foram os mártires da Igreja latino-americana³. Foram bispos, Mons. E. Angelelli de La Rioja (Argentina), Mons.

² Cf. *Encuentro latinoamericano de teología, Liberación y Cautiverio*, México, 1975.

³ Cf. J. MARINS - T. M. TREVISAN - C. CHANONA, *Martírio, memória perigosa na América latina hoje*, São Paulo: Paulinas.

G. Valencia, de Buenaventura (Colômbia), dezenas de sacerdotes, religiosas, e milhares de leigos comprometidos nos movimentos ou nas comunidades cristãs de Base.

A linha conservadora nunca quis reconhecer os mártires, nem sequer Dom Oscar Romero, cujo sucessor diz que não pode ser beatificado, pois, por causa dele, muitos foram mortos; como se milhões não tivessem sido mortos por causa de Jesus Cristo.

No entanto, na Igreja dos pobres, os mártires estão sempre presentes, sempre lembrados e celebrados. Podemos dizer que os mártires são o grande sinal de contradição na Igreja latino-americana. Realizam a profecia de Simeão relativa a Jesus: Jesus foi sinal de contradição porque o mataram. Sua morte foi escândalo para muitos, a maioria, mas sinal de vida para os que tiveram fé.

Animada pelos mártires surgiu a Igreja da resistência aos governos militares: sobretudo no Chile, no Brasil, e também na América Central, sobretudo na Guatemala, Nicarágua e El Salvador. Houve também fragmentos de resistência no Uruguai, Paraguai e Equador. Muitos foram perseguidos, presos e exilados. Naquele tempo, a Igreja dos pobres foi também a Igreja da resistência.

Diante desse quadro, crescia o movimento de oposição.

A Igreja ligada ao sistema reagiu. Invocou o grande temor provocado pelo marxismo. Em todos os movimentos de Igreja, nascidos de Medellín, só conseguia ver marxismo e penetração marxista.

À frente da reação estava em Roma o cardeal Baggio, futuro presidente da Conferência de Puebla. Na América Latina, estava A. López Trujillo, personagem que estaria mais à vontade na Renascença do que no século XX. O que animava A. López Trujillo? Com certeza, uma multidão de forças. Não se pode subestimar seu rancor contra Gustavo Gutiérrez e Luis Patiño, então secretário geral da CLAR, que na escola primária tinha sido colega de A. López Trujillo. Nessas fortes personalidades os ressentimentos pessoais jogam um papel que não pode ser desconsiderado. Até certo ponto a luta contra a CLAR e contra a Teologia da Libertação foi como que uma revanche pessoal.

O CELAM organizou reuniões, cursos, explicações de Medellín. Lançou os temas da campanha: *a Teologia da Libertação é marxismo; a CLAR é magistério paralelo; as CEBs são igreja popular separada da hierarquia*⁴.

⁴ Cf. E. DUSSEL, *Op. cit.*, p. 474-477.

O cardeal Baggio quis dar um grande sinal. Em 1976, em Riobamba, diocese de Dom Leónidas Proaño, 17 bispos amigos de Proaño foram presos e levados para um quartel de Quito. Quem deu a ordem foi o general ministro do Interior. Porém, soube-se depois, pela queixa de generais equatorianos, que o ministro agiu movido pela nunciatura apostólica⁵. Os generais ficaram envergonhados. O tiro saiu pela culatra. O núncio foi enviado a Bangladesh, não por ter desobedecido, mas por ter fracassado. O rancor de Baggio contra todos os bispos proféticos já era bem conhecido. As manifestações foram numerosas porque o próprio Baggio não controlava as expressões de seus sentimentos.

Os animadores intelectuais da campanha foram, em primeiro lugar, o Pe. Roger Vekemans, em Bogotá, desde 1970, e fundador do CEDIAL, centro destinado a combater a Teologia da Libertação. Vekemans articulou o famoso triângulo Bogotá — Roma — Alemanha. Conseguiu muito dinheiro para organizar campanhas e congressos, sempre com a finalidade de denunciar o marxismo da Teologia da Libertação. Nos documentos da Congregação para a Doutrina da Fé sobre a Teologia da Libertação de 1984 e 1986, não há nada original. Tudo já tinha sido escrito e publicado por Vekemans 10 anos antes.

Outro articulador intelectual foi o frei Boaventura Kloppenburg, comentador entusiasmado de Vaticano II e, depois, arrependido; combatia as CEBs com o mesmo ardor com que combatera outrora o espiritismo.

Durante a XVI Assembléia Ordinária do CELAM, em Porto Rico, de 30 de novembro a 5 de dezembro de 1976, o cardeal Baggio anunciou a decisão do Papa de convocar uma nova Conferência latino-americana cuja preparação estava entregue ao CELAM.

No início pensou-se numa Conferência reservada aos bispos, sem teólogos e sem religiosos. Por intervenção do Cardeal Pironio, a CLAR foi convocada. E foram escolhidos peritos, todos da mesma linha. Nenhum teólogo da libertação foi convocado. No dia 10 de outubro de 1977, o Cardeal Baggio anunciou que a Conferência se realizaria em Puebla.

O CELAM organizou uma série de reuniões, seminários, encontros prévios para preparar a ambientação e o temário da Conferência. Finalmente em dezembro de 1977, foi publicado o Documento de Consulta redigido pelos peritos do CELAM. Não era difícil reconhecer a

⁵ Cf. A. BRAVO MUÑOZ, *El soñador se fué, pero su sueño queda*. Quito, 1998, pp. 137-141.

mão de Methol Ferré, Renato Poblete, Boaventura Kloppenburg e Pierre Bigo. Também o estilo próprio de A. López Trujillo era visível em muitos pontos.

O Documento de Consulta suscitou reações, quase unanimemente negativas. Do Brasil, a primeira reação veio do Nordeste, sob a responsabilidade de Dom Marcelo Carvalheira, então bispo auxiliar de João Pessoa. Em abril de 1978, em Itaici, a Conferência brasileira aprovou um documento alternativo, totalmente diferente em conteúdo e tom. Nele a CNBB já se mostrava como a verdadeira liderança no episcopado latino-americano.

Houve reações no mundo inteiro⁶: na Alemanha, na França, na Espanha e nos Estados Unidos, a tal ponto que o CELAM lançou a acusação de imensa "conspiração" contra o CELAM e a futura Conferência.

Durante todo o ano de 1978, houve reuniões de preparação, tanto do lado da direita como do lado da esquerda. O CELAM teve que retroceder diante do concerto mundial de protesto. O Documento de Consulta foi enterrado. Sob a direção do cardeal Lorscheider, preparou-se o Documento de Trabalho que foi publicado em setembro. Já era muito melhor do que o anterior. No entanto, na própria Conferência, praticamente não foi usado e seus participantes tiveram que começar tudo de novo.

Finalmente, chegou o tempo da Conferência de Puebla. Faltava ainda um elemento: que diria e que faria o Papa? João Paulo II fazia questão de estar presente em Puebla. A Conferência devia começar no dia 27 de janeiro de 1979, mas o Papa chegou a Santo Domingo já no dia 25. No dia 26, chegou ao México.

O que não estava previsto era o imenso triunfo da viagem do Papa. Em Santo Domingo, acorreram multidões entusiasmadas; entre o Papa e as multidões a comunicação era imediata. O Papa visitou todas as regiões do México e em todos os lugares foi o mesmo sucesso absoluto. Nessas condições, já ficava patente como os discursos do Papa teriam imensa repercussão.

O acontecimento Puebla

Intensa era a expectativa ante o discurso que o Papa ia pronunciar para inaugurar a Conferência. Pressentia-se que esse discurso seria de

⁶ Cf. E. DUSSEL, *Op. cit.*, pp. 477-497.

importância primordial. O Papa iria condenar a Teologia da Libertação e as CEBs? Se o Papa condenasse, a Conferência não poderia fazer outra coisa senão condenar também.

Relendo hoje o discurso do Papa, não nos parece tão duro como pareceu naquele tempo. O Papa já lançava com muita força o tema de "mestres da verdade", que seria tão desenvolvido mais tarde e apareceria como o lema, o resumo do seu pontificado: ser uma afirmação da verdade.

Em todo caso, naquele tempo, o discurso provocou um choque. Os mais conservadores achavam que o Papa já tinha dito tudo e que não havia mais necessidade da Conferência. Mas não foi este o parecer da maioria.

O discurso dividia-se em duas partes: a primeira falava dos problemas internos da Igreja e, a segunda, da Igreja no mundo. A primeira, ainda que esperada, foi sentida como um golpe forte. Queria insistir na *Verdade*, em três áreas distintas: *Verdade* sobre Jesus Cristo, *Verdade* sobre a missão da Igreja e *Verdade* sobre o homem.

Na *Verdade* sobre Cristo, o Papa denunciava as "falsas releituras" da Bíblia, sendo que essas releituras apresentavam um Cristo revolucionário e violento. O Papa assumia a acusação grosseira dos peritos do CELAM. Não era difícil detectar os inspiradores desse capítulo.

Na *Verdade* sobre a Igreja, havia duas denúncias: uma sobre a separação entre o Reino de Deus e a Igreja, e outra, sobre a Igreja popular, paralela à Igreja institucional.

Na *Verdade* sobre o homem, não havia nenhuma denúncia muito particularizada. Embora todos já desconfiassem que o discurso do Papa retomaria as acusações de Vekemans e Kloppenburg, desferido o golpe, o choque foi forte.

Na segunda parte, o Papa retomava fundamentalmente a doutrina de *Evangelii Nuntiandi* sobre a libertação integral. Não havia condenação explícita. Elemento favorável era que, ao buscar apoio na *Evangelii Nuntiandi*, o Papa autorizava um discurso de libertação. De fato, desde então, sempre se referiu ao discurso de libertação. Não seguiu o caminho da Cúria, que proibiu a palavra libertação, como se pôde averiguar em Santo Domingo.

O Papa insistia na dignidade de todos os homens, nos direitos humanos, e numa economia em que a propriedade seria compensada pela "hipoteca social". Nas suas viagens pelo México, o Papa teve palavras muito mais explícitas sobre a libertação dos oprimi-

dos, notadamente no discurso aos indígenas, em Oaxaca, e aos operários, em Monterrey. Tudo isso formou a opinião de que o novo Papa era comprometido e "avançado" no social, mas tradicionalista no religioso e nas questões internas da Igreja. Com o decorrer do tempo, parece que esta impressão foi amplamente confirmada.

Imediatamente depois do discurso papal, os teólogos latino-americanos que tinham sido excluídos espalharam um comentário em que se dizia, por exemplo, que as advertências do Papa não se aplicavam à América Latina, e tinham um valor muito genérico. Esta reação provocou a ira do secretário geral, sobretudo por nunca ter conseguido descobrir seus autores.

Mais importante foi o discurso do cardeal A. Lorscheider, presidente do CELAM e presidente da Conferência. Dom Aloísio destacou que o grande problema da América Latina era a situação de pobreza e opressão em que vivia a grande maioria da população. Assim se restabeleceu a confiança: Puebla não iria dedicar-se a denunciar principalmente heresias e desvios de doutrina. A tarefa prioritária era situar a Igreja perante a situação global da sociedade latino-americana.

Todos os assessores eram da mesma linha, muito bem afirmada. A maioria deles eram adversários ativos da Teologia da Libertação. Quanto aos que foram excluídos, puderam estar presentes na cidade, com proibição formal de penetrar no recinto da assembléia. Alguns conseguiram entrar, porém, clandestinamente. Apesar disso puderam comunicar-se com os bispos da mesma orientação e influir na redação do textos, sob a condição de que seus nomes nunca fossem revelados. Eram uns 50 trabalhando em conjunto e repartindo entre eles o trabalho de fornecer subsídios aos bispos que lhes solicitavam.

Era o dia 29 de janeiro de 1979. Teve início a Conferência.

O primeiro passo foi o exame do regulamento. O regulamento proposto pelo CELAM foi rejeitado. Foi aceita a proposta de "empalme" que, de fato, substituiu a presidência e foi o órgão que dirigiu a assembléia.

A comissão constava de 5 membros. Foram eleitos McGrath, do Panamá, Flores de Santo Domingo, Bambarén, do Perú, Mendes de Almeida, do Brasil e Laguna, da Argentina. Os quatro primeiros pertenciam à ala "esquerda" da assembléia. Esta eleição pareceu uma vitória dos liberacionistas.

Depois a assembléia rejeitou o esquema de trabalhos apresentado pelo CELAM. Foi uma nova derrota de A. López Trujillo. Foi adotado

o esquema alternativo apresentado por Dom Luciano Mendes de Almeida. Havia quatro partes e os temas foram repartidos entre 21 comissões.

No dia 1º de fevereiro, estourou um incidente cujos efeitos foram sensíveis no andamento dos debates.

O jornal mexicano independente *Uno más uno* publicou uma carta de A. López Trujillo ao seu amigo Luciano Duarte, de Aracaju, Brasil. Um jornalista tinha recebido das mãos do próprio secretário geral do CELAM uma fita magnética onde tinha gravado uma entrevista com ele. Ora, de volta ao México descobriu que a outra face da fita continha várias cartas a Luciano Duarte. A carta publicada escandalizou pela linguagem usada, pelas alusões a diversas pessoas importantes na Igreja latino-americana. O conteúdo desta carta parecia inaceitável como provindo da parte do secretário geral do CELAM. Mas o fato é que, durante vários dias, A. López Trujillo não apareceu: ficou confinado no seu quarto. Seja como for, seu prestígio fora ameaçado e sua liderança na assembléia perdida. Muitos acharam que havia sido um acontecimento providencial.

O trabalho da Conferência realizou-se quase inteiramente nas comissões. Estas acabaram sendo 22, porque às 21 foi acrescentada uma comissão de "tendências" para redigir a conclusão. Em 11 de fevereiro, foram votados os textos redigidos pelas comissões em 4 redações sucessivas. Os bispos votantes eram 184.

Todos os textos foram finalmente aprovados. Os que encontraram a maior oposição foram os da comissão 18, sobre a opção pelos pobres, com 43 votos negativos, e os da comissão 21, sobre a ação na sociedade nacional e internacional. Além disso, foi rejeitada uma parte da comissão 1, sobre a visão da realidade, e outras encontraram muita oposição. Houve algumas correções.

Consta que os textos que tiveram a maior oposição foram justamente os que mais estavam na linha de Medellín. No entanto a maioria os sustentou e entraram na publicação final. Não se conseguiu mudar o sentido de Medellín. Não se chegou à condenação da Teologia da Libertação que, durante todas as sessões tinha sido o assunto em litígio. Não somente não foram condenadas as Comunidades Eclesiais de Base, mas a elas foi dado o maior apoio. Também não houve rejeição da "Igreja popular".

Afinal, a pessoa que mais se destacou não foi Alfonso López Trujillo como se pensava, mas Dom Luciano Mendes de Almeida, com os seus imensos talentos de articulador.

Os textos de Puebla

Comissão 1

A primeira comissão tinha uma tarefa muito ampla: Visão histórica da realidade latino-americana; Visão pastoral do contexto sócio-cultural; Realidade eclesial hoje na América Latina; Tendências atuais e evangelização no futuro.

Os textos desta comissão foram os mais discutidos entre todos. Foram melhorando pouco a pouco. Muito importante foi o fato de introduzir uma visão histórica. Na prática, a história reduz-se à época das origens. Depois dos primeiros evangelizadores, chega-se aos tempos atuais. Parece que não aconteceu nada significativo entre o século XVI e o século XX. A história insiste mais nos aspectos gloriosos e menos nas "sombras" da história latino-americana. A segunda parte, sobre a visão sócio-cultural, é a mais forte e é um dos textos mais freqüentemente citados. Ali se acham alguns dos trechos mais marcantes, como a evocação dos "rostos" dos oprimidos.

A parte eclesial não suscita atenção. A última parte, sobre o futuro não oferece perspectivas novas. Diante da intensidade dos desafios da segunda parte, as soluções propostas parecem fracas.

Comissão 2

Tratou-se aqui da Verdade sobre Jesus Cristo. Prevaleceu a advertência do Papa relativa à releitura e a figura de Jesus revolucionário. O texto desta Comissão 2 apresenta uma lista de acontecimentos da vida de Jesus assim como a lembrança dos dogmas tradicionais. Não há análise do sentido concreto da humanidade de Jesus como vida humana vivida no seu contexto. A morte de Jesus permanece sem explicação humana. Não há referência à realidade latino-americana. Este é um texto sem originalidade.

Comissão 3

Seu objeto foi a Verdade sobre a Igreja. Aqui os pontos mais candentes foram os assinalados pelo Papa: a relação entre o Reino de Deus e a Igreja popular. O resultado foi a resposta já esperada, sem originalidade.

Importante foi o fato de ter considerado o tema do povo de Deus como eixo principal da eclesiologia, opção que será revogada no Sínodo

extraordinário, comemorativo dos 20 anos do Vaticano II. Puebla permaneceu na linha de Vaticano II. O fundamento da unidade da Igreja é somente a hierarquia. O documento é simplesmente conservador; não traz nenhuma condenação.

Comissão 4

Seu tema era a dignidade humana. Este capítulo contém muitos elementos interessantes de antropologia cristã. Ficou faltando uma encarnação mais realista na situação do ser humano na América Latina.

Comissão 5

Seu tema foram a Evangelização, o destino universal e critérios. Temas interessantes: relação entre Igreja e evangelização; o testemunho como ponto de partida da evangelização; a prática como critério da fé.

Comissão 6

Evangelização e promoção humana.

Podia ter sido o texto mais conflitivo. Houve acordo entre os dois "cabeças" da comissão, A. López Trujillo e Hélder Câmara. O problema era a relação entre evangelização e libertação. O texto praticamente repetiu o que Paulo VI tinha publicado em *Evangelii Nuntiandi*. Graças a este documento evitou-se o conflito.

Comissão 7

Evangelização, cultura, religiosidade popular. Aqui triunfaram os argentinos que sempre apresentavam a evangelização da cultura como alternativa à Teologia da Libertação. O texto é homogêneo. Na prática esta evangelização da cultura consiste em manter a pastoral tal qual existe atualmente. A religiosidade popular é apresentada em todos os seus elementos positivos. Não se explica como, depois de 500 anos de religiosidade popular, os povos latino-americanos estejam tão alienados, submissos à opressão. Parece que esta religiosidade popular não lhes ensinou o dever de liberdade e a dignidade humana na luta pelos seus direitos.

Comissão 8

Evangelização, política e ideologias. Aqui foi feita a condenação da ideologia da Segurança Nacional, condenação corajosa, porque naque-

le momento o poder militar estava no auge. A comissão adere plenamente ao que foi dito em Medellín.

Comissão 9

A família. É uma doutrina muito elevada. Falta saber como responder aos desafios. O Papa tinha pedido com insistência uma atenção especial à família. Não foram feitas distinções entre as classes sociais. Ora, uma pastoral única da família não vale para todos os níveis econômicos e culturais.

Comissão 10

Comunidades Eclesiais de Base, paróquias, Igreja particular. Aqui estavam vários cardeais da Cúria e da ala mais conservadora. Não havia nenhum dos bispos da linha CEBs.

O texto foi rejeitado pela assembléia no decorrer dos debates. Depois de reformulado, foi aprovado, tornando-se uma defesa das Comunidades Eclesiais de Base. No entanto, não aprofundou a relação entre CEB e paróquia. Esta indefinição será a raiz da futura paroquialização das CEBs no Brasil e em diversos outros países, sobretudo, naqueles em que pareciam triunfar.

Comissão 11

O texto teve clara inspiração conciliar, insistindo na nova maneira de exercer o ministério na Igreja.

Comissão 12

Tratou da vida consagrada. A CLAR era uma das maiores acusadas. No entanto, a doutrina dos bispos coincide com a da CLAR. Evidenciou-se desta maneira que as acusações feitas à CLAR careciam de fundamento e resultavam de outras motivações.

Comissão 13

Tratou dos leigos. Se a doutrina aqui exposta tivesse sido aplicada, os leigos teriam uma posição de protagonismo muito mais destacada do que têm hoje, passados estes 20 anos de Puebla. Importante foi a dedicação de um capítulo à mulher.

Comissão 14

A Pastoral vocacional tinha sido um dos temas recomendados pelo Papa. Não há muita novidade. São afirmações óbvias.

Comissão 15

Oração, sacramentos, liturgia, piedade popular. Todos os temas eram óbvios e não se apresentou nenhuma novidade. Naquela época ainda não se manifestava muito na América Latina a influência dos movimentos carismáticos. Já estavam presentes, mas ainda não chamavam a atenção dos bispos.

Comissão 16

Catequese, testemunho, educação, meios de comunicação. Também não apareceram muitas novidades. São princípios muito gerais. Não se faz análise da particularidades da situação latino-americana; não se fala das causas das deficiências. Tudo isso é válido para todos os continentes sem distinção. A consequência foi que não se propôs nenhuma mudança. Há, porém, novas motivações para continuar fazendo a mesma coisa.

Comissão 17

Diálogo para a comunhão e participação. Promove o diálogo com as outras Igrejas e religiões. No entanto, sobre elas fala-se mais de seus aspectos negativos do que dos positivos. Com relação aos protestantes, parece que se trata, sobretudo, de justificar a ausência de diálogo. Os pentecostais são apresentados como "movimentos religiosos livres" ou "seitas". Não se analisou o fenômeno pentecostal que, no entanto, já naquele tempo era muito importante na América Latina.

Comissão 18

Esta comissão tratou da opção preferencial pelos pobres. É o texto mais harmonioso e mais percuciente. Aqui se afirma que Puebla assume plenamente a opção pelos pobres feita em Medellín. É o texto mais citado. Para muitos, Puebla é o texto da comissão 18 sobre a opção pelos pobres. Realmente o texto traz a marca dominante de Puebla.

Comissão 19

Opção preferencial pelos jovens. O texto ficou pobre. Ainda não tinham aparecido os fenômenos pentecostais e a adesão maciça da juventude ao estilo carismático. Ficou claro que os bispos nada tinham a oferecer aos jovens. Hoje está aí o movimento carismático e o padre Marcelo Rossi, como resposta aos anseios dos jovens. Será matéria para a próxima Conferência Geral.

Comissão 20

Ação com os construtores da sociedade pluralista. Aqui foi oferecido à Igreja um plano de ação. Como o resultado da comissão seguinte, este constitui um dos melhores documentos de Puebla.

Comissão 21

Ação com a sociedade nacional e internacional. Um dos melhores documentos. Tanto a análise da situação como o programa proposto abrem caminho para a reflexão e a ação.

Comissão 22

Opções pastorais. Um excelente resumo que manifesta a unidade profunda em toda a orientação dos textos de Puebla⁷.

Impressões resultantes da leitura de Puebla

Em primeiro lugar, longe de rejeitar, alterar ou relativizar Medellín, Puebla confirmou clara e explicitamente aquele documento. Já que uma das preocupações existentes antes da Conferência eram as falsas interpretações de Medellín, foi de suma importância que Puebla se colocasse na exata continuidade da II Conferência.

Em segundo lugar, apesar de tensões, conflitos tão freqüentes, há grande unidade e homogeneidade no documento final. Importante é que essa unidade procede da presença da opção pelos pobres em todos os textos elaborados por todas as comissões. Aliás o próprio linguajar da libertação está também muito difundido⁸. Consta que isto foi possível graças à *Evangelii Nuntiandi* e às citações deste documento pelo Papa no discurso inaugural. Ninguém podia incomodar-se pelos textos de Paulo VI. Ficou claro que a *Evangelii Nuntiandi* foi realmente um dos mais importantes documentos publicados pelos Papas depois do Vaticano II.

Em terceiro lugar, as advertências de João Paulo II no discurso inaugural não receberam o destaque que se podia temer, nem foram desenvolvidas em forma de condenações.

⁷ Cf. CINEP, *Puebla; Lectura y comentarios*, Bogotá, 1979.

⁸ Cf. L. BOFF, "A libertação em Puebla", em *Puebla*, n° 3, abril de 1979, col. 167-192.

Não houve condenação nenhuma, nem da Teologia da Libertação nem da Igreja popular, nem das releituras bíblicas. Pelo contrário estes temas muito discutidos forneceram o eixo ao redor do qual se elaborou a doutrina de Puebla. Quem podia prever que sealaria tanto em libertação? O fato é tanto mais notável que, durante toda a sessão da Conferência, a imprensa local, as organizações de direita, os movimentos integristas mexicanos e diversos membros da assembléia não deixaram de denunciar a presença dos teólogos da libertação como sendo conspiradores, conferência paralela ou anti-conferência. Tudo isso caiu, ficou sem efeito.

Em quarto lugar, consta que houve duas influências dominantes.

A primeira estava na linha da Teologia da Libertação: ali estavam os membros mais ativos da delegação brasileira com elementos de várias outras Conferências.

A segunda era a linha argentina com a teologia da cultura e da religiosidade popular. Porém, os teólogos argentinos estavam longe de conquistar a mesma audiência. A maioria dos bispos era conservadora, mas não tinha nada para propor. Ganha sempre quem tem algo a propor.

Finalmente venceu a linha brasileira: conseguiu confirmar Medellín, criar um discurso em que reinavam os temas dos pobres e da libertação. Claro que muito material inconsistente e muitas restrições foram eliminados. Mas o essencial não estava nas restrições, e sim, nas afirmações.

Os bispos brasileiros podiam voltar para casa com a consciência tranqüila: tinham derrotado a grande ofensiva contra Medellín, contra a opção pelos pobres e contra a Teologia da Libertação. A pastoral da CNBB tinha recebido uma verdadeira consagração. Não tiveram que ceder em nenhum ponto importante.

Para os teólogos ameaçados de condenação foi um alívio. Não era realmente uma vitória, mas certamente não era uma derrota. Vários dos textos propostos por eles entraram no documento final, como, por exemplo, o texto da opção pelos pobres. A conclusão foi o empate. Mas um empate em campo alheio é uma quase vitória. Alguns já começavam a se sentir seguros. Que erro! A. López Trujillo, que não tinha conseguido a condenação da Teologia da Libertação, em Puebla, foi a Roma; e Roma, 5 anos depois, a condenou. Condenou e não condenou! Logo após a condenação, o Papa mandava uma famosa carta à CNBB, na qual relativizava muito o

alcance da Instrução do Cardeal Ratzinger, ainda que, na prática, não conseguisse desfazer seu efeito.

A recepção de Puebla

Logo após a Conferência de Puebla, houve a Assembléia Ordinária do CELAM, em Los Teques (Venezuela).

Daí saiu eleita a pior presidência que se podia imaginar: como presidente, A. López Trujillo; como vice-presidente, Luciano Duarte e como secretário geral, Antonio Quaraccino. Todos sabem que Luciano Duarte era o *alter ego* de A. López Trujillo, o destinatário das famosas cartas, e que Quaraccino, o grande amigo dos generais argentinos, era de uma insignificância total, e se contentaria com executar as ordens do presidente. Todo o poder estava nas mãos de um só homem! Ele conseguiria impedir a acolhida de Puebla? Não conseguiu! Os teólogos sabiam muito bem que na Igreja a acolhida a um documento é tão importante como sua emissão. Um documento que ninguém lê, cai no esquecimento. Poucas pessoas lêem os documentos eclesiais. Cada um forma sua opinião a partir daquilo que se diz. Mesmo os que lêem o documento perguntam como há de ser interpretado. Decidimos ganhar a batalha da acolhida de Puebla e ganhamos.

Destacamos todos os textos que confirmavam a linha de Medellín da maneira mais explícita. Deixamos no esquecimento todos os textos que não traziam nenhuma novidade. Imediatamente depois de Puebla, os teólogos excluídos foram convidados a dar explicações, mais do que os teólogos que tinham participado como peritos. Em poucos meses, a opinião estava formada: Puebla era a confirmação de Medellín. Esta identificação teve êxito e se costumou juntar Medellín e Puebla como uma só unidade de pensamento.

As CEBs sentiram-se aprovadas e apoiadas, a Igreja popular achou que estava sendo aceita. A leitura da Bíblia, no sentido da libertação, continuou. Os religiosos e as religiosas das comunidades inseridas acolheram Puebla como confirmação de sua opção.

Os textos mais citados são os das comissões 1, 18, 20, 21. A opção pelos jovens não conseguiu apagar o brilho da opção pelos pobres e não gerou nenhuma pastoral nova.

Os prelados romanos não tinham conseguido controlar a Conferência. Refletiram sobre o seu fracasso. Quando se preparou a Conferência de Santo Domingo, em 1992, foi muito diferente. Desta vez os

bispos delegados perderam todo poder e toda iniciativa. Não se lhes deixou espaço. Mas esta é outra história!

Para concluir podemos citar a conclusão de Clodovis Boff comentando o Documento, pouco depois da publicação⁹:

“Na verdade o avanço de Puebla a partir de Medellín é, antes de tudo, qualitativo: trata-se de uma reafirmação ou aprofundamento das posições teológico-pastorais lá assumidas; trata-se, em seguida, da generalização ou socialização das mesmas posições em nível de toda a Igreja latino-americana. O progresso se fez pois, não tanto para frente, em termos de novas posições, mas para o fundo e para os lados”.

José Comblin, nascido em Bruxelas, em 1923, foi ordenado sacerdote em Malines em 1947 e doutorou-se em teologia pela Universidade de Lovaina em 1950. Trabalha na América Latina desde 1958. É autor de numerosas publicações teológicas.

Endereço: Rua Rosinaldo Santana, 900
Alto da Boa Vista
58308-650 Bayeux — PB

⁹ Cf. C. BOFF "Introdução à leitura das Conclusões de Puebla", em *Puebla*, n° 3, abril de 1979, col.143.